

Jornal da Manhã



FUNDADO EM 1972 POR EDSON GONÇALVES PRATA - UBERABA-MG - SEXTA-FEIRA 4 MAR|2022 - WWW.JMONLINE.COM.BR - ANO 50 - Nº 15.469

RS 2,50

Prainha não garante abastecimento

JAIRO CHAGAS

Segurança hídrica do município foi discutida ontem, durante audiência pública sobre o plano de manejo da APA (Área de Proteção Ambiental) do rio Uberaba. Participantes apontaram que barragem da Prainha não será suficiente para garantir o abastecimento da cidade e apresentaram alternativas a serem implantadas. No evento, o diretor administrativo e financeiro da Associação Brasileira dos Engenheiros Independentes, Augusto César Soares, apontou que a APA do rio Uberaba precisa de obras hidráulicas além da represa da Prainha. "A segurança hídrica virá da construção de mais de três ou quatro barragens dentro da APA", apontou.

PÁGINA 3

Participantes pedem revogação de lei que permite pequenos lotes

Liberação de loteamentos dentro da APA no rio Uberaba foi contestada em audiência pública sobre o plano de manejo da área. No evento, participantes solicitaram a revogação da lei que autorizou os lotes residenciais na APA e até consideraram a medida como crime ambiental.

PÁGINA 3

Janela partidária



Audiência Pública sobre o plano de manejo do rio Uberaba foi realizada ontem no Centro Administrativo Municipal

POLÍTICA

Prainha não será suficiente para abastecimento, aponta audiência

JAIRO CHAGAS

Evento discutiu a questão da segurança hídrica de Uberaba e algumas alternativas foram apresentadas, como a construção de mais barragens

Gisele Barcelos

Segurança hídrica do município foi discutida ontem, durante audiência pública sobre o plano de manejo da APA (Área de Proteção Ambiental) do rio Uberaba. Participantes apontaram que barragem da Prainha não será suficiente para garantir o abastecimento da cidade e apresentaram alternativas a serem implantadas.

No evento, o diretor administrativo e financeiro da Associação Brasileira dos Engenheiros Independentes, Augusto César Soares, apontou que a APA do rio Uberaba precisa de obras hidráulicas além da represa da Prainha. “A segurança hídrica virá da construção de mais de três ou quatro barragens dentro da APA”, apontou.

O engenheiro ainda defen-



■ Audiência Pública para discutir o plano de manejo da APA do rio Uberaba foi realizada ontem no Centro Administrativo

deu ações para a conservação do solo e da água, assim como um trabalho de revitalização devido ao desmatamento observado na área em função das atividades de agricultura e pecuária.

Já o geólogo Luiz Carlos Borges Ribeiro acrescentou que o Poder Público pode também analisar a implantação de empreendimentos menores para o reforço do abasteci-

mento de água. Segundo ele, enquanto uma obra como a represa da Prainha demanda um investimento alto, há alternativas mais baratas que também podem ajudar na manutenção do rio.

Borges explicou que o projeto de reservação da Prainha é para um total de 1,8 milhão de metros cúbicos de água. Porém, ele defendeu que bons

resultados também podem ser alcançados com a implantação de várias pequenas barragens, com capacidade de 20 mil a 30 mil metros cúbicos, dentro da APA do rio Uberaba. “São obras com baixo impacto ambiental e, talvez, um custo mais barato [do que uma grande represa]”, argumentou.

Na audiência, o geólogo também ressaltou que o projeto da represa da Prainha foi idealizado há 20 anos e, apesar da obra ter sido iniciada, o empreendimento segue sem previsão para entrar em operação. Com isso, ele posicionou que o Poder Público deve analisar alternativas para minimizar os problemas de falta de água no período de estiagem. “A prainha não saiu e não foram pensados outros modelos. Está na hora de reunir esforços com a comunidade civil para estudar soluções”, disse.

O imbróglio em torno da represa no rio Uberaba deve se arrastar ainda por tempo indefinido. A construção foi paralisada no fim de 2020 e a Codau encerrou neste mês o contrato com empresa responsável pela obra. A rescisão contratual foi de forma amigável e não foram aplicadas sanções à construtora Nóbrega Pimenta. Até o momento, não houve a publicação de processo licitatório para selecionar outra construtora para concluir o serviço.

Participantes pedem revogação de lei que permite pequenos lotes na APA

Liberação de loteamentos dentro da APA do rio Uberaba foi contestada em audiência pública sobre o plano de manejo da área. No evento, participantes solicitaram a revogação da lei que autorizou os lotes residenciais na APA e até consideraram a medida como crime ambiental.

O coordenador do Observatório Urbano, Leonardo José Silveira, ressaltou na audiência a importância da bacia do rio Uberaba para o abastecimento de cidades da região e se manifestou contra a lei aprovada em 2017 que permitiu a instalação de loteamentos dentro da APA.

Silveira pediu a revogação da legislação e argumentou que a permissão para o adensa-

mento urbano em área próxima à captação de água fragiliza o manancial, podendo comprometer tanto a quantidade quanto a qualidade da água no rio.

Já a arquiteta Maria Paula Meneghello classificou como crime ambiental a autorização de loteamentos dentro da APA. Ela especificou que a legislação aprovada em 2017 prevê lotes de 300, 400 e 600 metros quadrados, o que representaria o ajuntamento de até 60 mil pessoas na área próxima à captação. “Isso vai contra o que significa APA. Até onde entendo, a lei de 2017 é um crime ambiental”, manifestou.

No pronunciamento, a arquiteta ainda posicionou que não é contrária a loteamentos em geral dentro da APA, porém

o ideal seria a permissão apenas para lotes maiores no local.

Além disso, ela cobrou um maior esforço para a fiscalização na área, evitando a degradação das matas ciliares à margem dos rios. “É preciso ter fiscalização, senão vamos ter gado de novo pastando na beirada do rio Uberaba”, reivindicou.

Presente à audiência, a prefeita Elisa Araújo (Solidariedade) declarou que as contribuições serão analisadas pelo Conselho Gestor da APA do Rio Uberaba, para a formação da versão final do plano de manejo. Ela salientou que a proposta é assegurar a preservação dos recursos hídricos e, também, a sustentabilidade dos produtores rurais instalados na região. (GB)